

Identities de gênero em trajetórias textuais relacionadas ao Movimento Escola Sem Partido: que ideologias são refratadas sob o viés de uma pretensa neutralidade científica?

Gender identities in textual trajectories related to the Movement School Without Party: which ideologies are refracted under the bias of a pretense scientific neutrality?

Ana Paula Marques Beato-Canato
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Paula Tatianne Carréra Szundy
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Tomando como pressuposto a natureza ideológica dos enunciados (VOLÓCHINOV, 2017 [1929]) e partindo de uma perspectiva indisciplinar de Linguística Aplicada (MOITA LOPES et al, 2006), o presente artigo se propõe a olhar para trajetórias textuais relacionadas ao Movimento Escola Sem Partido (MESP) para criar inteligibilidades sobre ideologias relacionadas a identidades de gênero refratadas em diferentes manifestações discursivas acerca deste movimento. A análise foca em postagens do MESP realizadas em seu perfil no Facebook e em textos disponibilizados no site escolasempartido.org, que abordam concepções relativas ao que defensores/as do movimento pejorativamente classificam como “ideologia de gênero”. Nossas interpretações apontam que, sob o viés de uma pretensa neutralidade, as (inter)ações do MESP deslegitimam conhecimentos, vidas, experiências e corpos que fogem da lógica heteronormativa eurocêntrica, alijando do processo educacional questões relacionadas à gênero, sexualidade, raça e suas intersecções.

Palavras-chave: Escola Sem Partido; Trajetórias textuais; Ideologias; Identidades de gênero

Abstract: Based on the conception of the ideological nature of utterances (VOLÓCHINOV, 2017 [1929]) and on a transgressive perspective of Applied Linguistics (MOITA LOPES et al, 2006), the present paper aims at reflecting on textual trajectories related to the Movement School Without a Party (MESP) to comprehend the ideologies on gender identities refracted in different discursive manifestations about this movement. The analysis focuses on MESP’s posts in its Facebook and on texts available in its website – escolasempartido.org – concerned with issues that the movement supporters pejoratively classify as “gender ideology”. Our interpretations indicate that,



under the bias of a pretense neutrality, the (inter)actions of MESP delegitimize knowledge, lives, experiences and bodies which don't fit the heteronormative Eurocentric norm. Consequently, the movement contribute to exclude issues related to gender, sexuality, race and its intersections from the educational process.

Keywords: School Without a Party; Textual trajectories; Ideologies; Gender identities

1 O Movimento Escola Sem Partido e a falácia da neutralidade científica

Desde 2013 e, de forma mais acentuada após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, testemunhamos no Brasil um crescimento de movimentos de extrema direita que culminou, em 2018, na eleição de Jair Bolsonaro como presidente e de muitos governadores, deputados (estaduais e federais) e senadores que apoiam uma pauta política que se propõe liberal na agenda econômica e conservadora nos costumes. Miguel (2018) sublinha que a reemergência da extrema direita se relaciona à confluência de grupos sociais diversos que se unem a partir de três vertentes centrais: libertarianismo, fundamentalismo religioso e reciclagem da ameaça comunista.

Dentre esses grupos, podemos citar aqueles que defendem a implantação do PL nº 867/2015¹, que se propunha a incluir o Programa Escola Sem Partido (ESP) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996)². Partindo da criação de uma dicotomia entre educar e instruir, os defensores do Movimento Escola Sem Partido (doravante MESP) defendem que a/os professores devem se limitar a transmitir conhecimentos neutros, já que educar é prerrogativa exclusiva da família e da religião (FRIGOTTO, 2017). Ao criminalizar, sob o viés de uma pretensa neutralidade científica, a educação pensada como práxis crítico-reflexiva para compreender e transformar o mundo plural em que (con)vivemos (FREIRE, 2015 [1967]), o MESP acaba por deslegitimar conhecimentos e até mesmo vidas, experiências e vivências que fogem da lógica heteronormativa eurocêntrica e alijar do

¹ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em 12 jul. 2021.

² Dispo nível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 12 jul. 2021.

processo educacional questões relacionadas à gênero, sexualidade, raça e suas intersecções.

Apesar de reveses sofridos em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal acerca da inconstitucionalidade de projetos de leis municipais que vedam a discussão de gêneros na escola³, a ameaça do/a professor/a doutrinador/a que pretende incutir a “ideologia de gênero” em crianças e adolescentes à revelia das convicções morais de pais, mães e/ou responsáveis ainda alimenta a imaginação de muitos/as brasileiros/as⁴. Nesse sentido, não obstante sua ilegalidade, o MESP segue orientando (inter)ações de perseguição à profissionais da educação, conforme revelam as publicações no site e no *Facebook* do movimento⁵.

O tom persecutório e policialesco do movimento fica claro nos dois enunciados em negrito com os quais nos deparamos ao acessar a página inicial do site do MESP: **“Se você ou seu filho foi ou está sendo vítima de algum militante disfarçado de professor, denuncie”** e **“Diga não à doutrinação nas escolas e universidades. Junte-se ao Escola sem Partido”**⁶. A qualificação de professores/as como militantes e doutrinadores/as, de alunos/as como vítimas e o caráter deôntico dos verbos “denuncie”, “Diga não à doutrinação” e “Junte-se ao Escola sem Partido” situam o MESP no espectro ideológico da extrema direita. Esse claro viés ideológico mostra que a ideia de “escola sem ideologia” defendida pelo movimento é falaciosa.

Ao imaginar uma escola isenta de ideologias e calcada em uma pretensa neutralidade científica, o MESP refrata uma compreensão de ideologia como “ideias

³ Em dois julgamentos recentes realizados em abril e junho de 2020, o colegiado do STF foi unânime em declarar a inconstitucionalidade de projetos de leis municipais que excluam questões relacionadas à diversidade de gênero e orientação sexual do ensino municipal público nos municípios de Ipatinga, MG e Nova Gama, GO. Segundo notícia publicada no site da Frente Escola sem Mordaca “a decisão sobre a lei mineira se soma a várias manifestações do STF no sentido de garantir a liberdade de cátedra e a livre expressão de ideias nas escolas e universidades e contra projetos vinculados ao “Escola Sem Partido”, que vêm sendo combatidos pela Frente Escola Sem Mordaca, da qual o ANDES-SN faz parte”. Fonte: <https://www.escolasemmordaca.org.br/?p=4380> Acesso em 04 ago. 2020.

⁴ Para uma discussão mais ampla, sugerimos o documentário *Escola Sem Censura* (2018), disponível em: <https://youtu.be/vejvQyppnI>. Acesso em 30 out. 2020. Em Beato-Canato, Martinez e Fernandez (2020) também aprofundamos essa discussão.

⁵ No momento em que finalizamos o texto, o perfil do MESP no Facebook está desabilitado e, em seu site, encontramos uma nota de seu fundador e coordenador, Miguel Nagib, com data de 22 de agosto de 2020, informando seu desligamento do MESP. Lembramos que, em 2019, o MESP anunciou seu fim por falta de recursos e conseguiu apoio empresarial. No momento, a notícia da saída de seu líder está atrelada à decisão do STF da inconstitucionalidade do Projeto de Lei Escola Sem Partido em Alagoas, conforme pode ser visto em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/stf-tem-maioria-contra-lei-de-alagoas-inspirada-no-escola-sem-partido.htm>. Acesso em 29 set. 2020.

⁶ Destaque nosso. Fonte: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em 01 ago. 2020.

falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante” e/ou “comunicação sistematicamente distorcida” (EAGLETON, 1997,n.p) ⁷ . Embora as próprias concepções do MESP legitimem ideologias autoritárias e extremistas, o movimento entende ideologias como concepções que pertencem a outrem, como ilusões que nos afastam de “verdades” científicas, essas sim o objeto *par excellence* da escola. Dentre essas verdades está a compreensão binária de gênero (masculino/feminino, menino/menina, homem/mulher) a partir estritamente do sexo biológico.

Partindo de uma visão de Linguística Aplicada INdisciplinar (MOITA LOPES et al 2006) que compreende as “verdades” como contingentes, ou seja, forjadas nas e pelas performances discursivas, entendemos que não há como escapar da ideologia. Se, conforme nos lembra Volóchinov (2017 [1929], p. 93) “[...] onde há signo, há também ideologia”, tanto os discursos sobre gênero e sexualidade entextualizados⁸ pelo MESP quanto nossas interpretações (também entextualizações desses discursos) sobre eles são axiologicamente marcadas, ou seja, ideologicamente situadas. Partilhamos, portanto, a concepção de Szundy e Fabrício (2019, p. 69) de que ideologias “são performativas, pois agem no mundo social, forjando diferentes efeitos de sentido”.

Se ideologias são performativas, não há, conforme nos alertam Moita Lopes e Fabrício (2019), como separar as performances sócio, histórica e culturalmente (des/re)construídas por pesquisadores/as do ato de pesquisar. Esse artigo busca, portanto, estabelecer uma proximidade crítica (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2019) com trajetórias textuais relacionadas ao MESP para problematizar performances ideológicas acerca de identidades de gênero refratadas em diferentes manifestações discursivas publicadas no site e no perfil do movimento na rede social *Facebook*. Além dessa seção introdutória, o artigo conta com outras quatro seções. Em *A homofobia e a (re)emergência da extrema direita*, construímos um histórico sobre como a extrema direita tem se fortalecido em nosso país. Em seguida, na seção intitulada *O Movimento Escola Sem Partido nesse cenário*, localizamos o MESP nesse

⁷ Edição Kindle, posição 151.

⁸ Orientados pela noção de que discursos existentes são permanentemente transformados em novos, Silverstein e Urban (1996) compreendem entextualização como os processos pelos quais discursos são (des/re)contextualizados. De forma semelhante, Blommaert (2005, p. 250-251) define entextualização como “o processo pelo qual o discurso é sucessivamente descontextualizado e recontextualizado, e, conseqüentemente, transformado em um ‘novo’ discurso”

contexto para, na seção intitulada *Ideologias refratadas em trajetórias textuais do MESP*, problematizarmos as entextualizações que informam performances ideológicas relacionadas a questões de gênero e sexualidade no MESP. Por fim, na última seção, intitulada “Contendas morais como convites a esperar”, fazemos um resgate do que foi discutido ao longo do texto e, compartilhando a percepção de LA indisciplinar como locus de esperança e transformação, elencamos algumas (inter)ações voltadas para resistências.

2 A homofobia e a (re)emergência da extrema direita no Brasil

Nos últimos anos, temos vivenciado diversos paradoxos no Brasil, sendo vários deles alimentados por diferentes perspectivas que forjam compreensões divergentes a respeito de direitos humanos e sexuais. Em 2011, por exemplo, o governo federal cedeu a pressões fundamentalistas e vetou os materiais didáticos e pedagógicos do Projeto Escola Sem Homofobia, o que trouxe prejuízos no desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à homofobia no campo da educação e contribuiu para o crescimento de um movimento fundamentalista religioso e de violência homofóbica em nosso país. Grupos conservadores apelidaram o referido material de “kit gay”, o associaram a um viés político de esquerda e passaram a utilizá-lo como propaganda contrária a partidos políticos de esquerda. Somado a isso, tais coletivos passaram a lutar contra o que chamam “ideologia de gênero”. Termo cunhado por intelectuais laicos e lideranças religiosas, em 1995, após a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Beijing, a expressão sintetiza “o que compreendem como divergência entre o pensamento feminista e seus interesses” (MISKOLCI, 2018, n.p.).

Esse cenário decorre de uma profunda polarização entre espectros políticos de (extrema) direita e progressistas no Brasil, a qual culminou no impedimento da presidenta Dilma Rousseff e na eleição de Jair Bolsonaro. Embalada por ideologias fundamentalistas, a extrema direita tem forjado uma luta essencialista entre o bem e o mal que se retroalimenta de discursos de ódio contra aqueles/as que não se encaixam no padrão heteronormativo. Com a justificativa de proteger os cidadãos de bem e a dita família tradicional brasileira opera-se com a ideia de que há famílias do mal a serem derrotadas, como em um jogo de futebol, o que acaba por abalar nossa democracia e nos colocar em

um constante estado de exceção (FRIGOTTO, 2017). E quem estaria em qual time? A equipe que age a partir de princípios conservadores, heteronormativos, seria do bem enquanto pessoas alinhadas a perspectivas progressistas seriam do mal, mal-intencionadas. Todas elas recebem rótulos a serem destruídos: comunistas, feministas, esquerdistas, marxistas, petistas, petralhas, militantes, depravadas, entre outros.

Mesmo com muitas ações de grupos com demandas LGBTQIA+⁹ e feministas, a onda conservadora se ampliou de forma assustadora e tem ocupado cada vez mais lugar de destaque no cenário político nacional, o que acaba por legitimar violências físicas e verbais em níveis alarmantes contra corpos considerados desviantes e descartáveis. Segundo o Grupo Gay da Bahia, no Brasil, a cada 36 horas uma pessoa é brutalmente assassinada em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. No que concerne o feminicídio, o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) registrou, de janeiro a julho de 2018, na Central de Atendimento à Mulher, 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios, 118 tentativas de homicídios, 79.661 relatos de violência física ou psicológica, dentre os quais 63.116 foram classificados como violência doméstica¹⁰.

Apesar das estatísticas alarmantes em relação à violência perpetrada contra negros/as, mulheres e LGBTQIA+, alguns grupos conservadores demonstram insatisfação com ações políticas, e outras advindas de grupos organizados, de pesquisadores/as e da mídia, que têm dado visibilidade para grupos sociais marginalizados por raça, classe, gênero e sexualidade. A arena ideológica entre esses grupos, imensamente amplificada pelas redes sociais, intensificou a zona de contato com a diversidade e abalou identidades domesticadas e normatizadas historicamente a partir de padrões eurocêntricos, que não foram problematizados largamente após o fim das colônias econômicas, mantendo a colonialidade de ser, poder e saber (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007; GROSFUGUEL, 2011).

⁹ Iniciado com a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), outras letras têm sido incorporadas ao movimento de forma a abraçar a pluralidade de identidades de gênero e orientações sexuais. A sigla LGBTQIA+ inclui lésbicas, gays, transexuais, queer, intersexo e assexuais. O + é utilizado para incluir outros grupos não contemplados pelas letras, como pessoas pansexuais. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>. Acesso em 12 jun. 2021.

¹⁰ Dados divulgados em 31 de agosto de 2018 e disponíveis em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contras-mulheres>. Acesso em: 06 maio 2019.

O convívio forjado com a diversidade incita disputas de poder e de território levando a embates que, para além de aspectos político-partidários, envolvem questões muito mais amplas, como o que entendemos por ser humano, por igualdade, por direitos. As controvérsias têm revelado a coexistência de trajetórias textuais difusas, construídas com base em perspectivas espaço-temporais diversas e frequentemente antagônicas, que amplificam binarismos recorrentes, como esquerda x direita, *coxinha* x *petralha*, direitos humanos x. discurso politicamente correto; “morte a quem mata” x “a quem mata só direitos humanos”; “escola como lugar de ensinar e não doutrinar” x “escola como espaço de imposição do marxismo cultural e da falaciosa ideia de “ideologia de gênero”. Em meio a (des/re)construção do ódio como política (GALLEGO et al, 2018), uma onda neoconservadora e extremista lança mão desses binarismos para (des/re)contextualizar discursos hegemônicos acerca da família heteronormativa, branca, cristã e ocidental cujos valores estão ameaçados por todos os corpos que não se encaixam na lógica patriarcal ocidental.

É nessa arena ideológica que, conforme avalia Miguel (2018), a união do libertarianismo, do fundamentalismo religioso e da reciclagem da ameaça comunista possibilitaram a reemergência da extrema direita. Os principais aspectos que caracterizam cada um desses posicionamentos ideológicos são sintetizados no quadro abaixo.

Quadro 1 - Princípios ideológicos centrais da (extrema)direita no Brasil.

Libertarianismo	<ul style="list-style-type: none">• santidade dos contratos livremente estabelecidos;• redução de direitos à propriedade privada;• ojeriza à solidariedade social.
Fundamentalismo	<ul style="list-style-type: none">• percepção de uma verdade revelada única que anula as demais;• forte atuação política e presença nas redes sociais;• pastores como “novos coronéis” da política brasileira.
Reciclagem da ameaça comunista	<ul style="list-style-type: none">• “bolivarianismo” venezuelano como ameaça comunista reciclada;• sobreposição de anticomunismo e antipetismo;• marxismo cultural como estratégia para derrubar o capitalismo ocidental e dissolver a moral sexual e familiar tradicional.

Fonte: Miguel (2018)

Nesse cenário de fortalecimento de ideologias alinhadas à extrema direita, performances identitárias de gênero e sexualidade que desafiam a lógica hétero e/ou cisnormativa têm sido demonizadas e apontadas como “ideologia de gênero” ou discurso politicamente correto que privilegia corpos desviantes, considerados depravados/as, doentes e/ou pouco tementes a Deus. O termo cunhado em 1995 ganhou notoriedade no Brasil em 2011, quando a união entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecida legalmente.

Desde então, grupos conservadores passaram a levantar a bandeira contra qualquer demanda da comunidade LGBTQIA+ e apontá-la como uma ameaça à sociedade. A disputa de narrativas ganhou adeptos/as em grupos conservadores e políticos, que viram aí uma forma de ganhar visibilidade, como é o caso do MESP.

3 O Movimento Escola Sem Partido nesse cenário

De acordo com seu fundador, Miguel Nagib, o MESP surgiu em 2004 como uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. Representa “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”¹¹, que buscam combater duas práticas supostamente ilegais: 1- doutrinação e propaganda ideológica, política e partidária nas escolas e universidades (“marxismo cultural”, “esquerda”, “comunismo”); e 2- a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos (“ideologia de gênero”, “família não tradicional”).

Até 2011, a principal bandeira do movimento era a do marxismo cultural e o movimento mantinha-se no ostracismo. Contudo, foi ganhando adeptos e visibilidade, especialmente, a partir de 2011, quando a ideia de “ideologia de gênero” começou a se tornar popular no Brasil e o MESP a tomou como sua principal bandeira, alimentando a ideia de que os problemas sociais resultam de mudanças comportamentais que precisam ser combatidas. Combate à “ideologia de gênero” e “kit gay” e defesa da “família brasileira” e do direito de educar a partir de princípios morais e religiosos específicos passaram a ser pontos centrais em suas discussões e denúncias.

Outra ação que trouxe realce ao MESP foi a produção de um projeto de lei encomendado por Flávio Bolsonaro. Os PLs nº. 867/2014¹² e 2974/2014¹³ - *Programa Escola Sem Partido* - foram propostos por ele enquanto deputado estadual do Rio de

¹¹ Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em 06 ago. 2020.

¹² Disponível em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>. Acesso em 12 jul. 2021.

¹³ Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>. Acesso em 12 jul. 2021.

Janeiro e seu irmão Carlos Bolsonaro enquanto vereador do Rio de Janeiro na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, respectivamente¹⁴. A proposta representou uma tentativa de cercear a luta dos/as professores/as, que, naquela ocasião, tinha o apoio de parte significativa da população. Buscou também fortalecer uma outra narrativa de luta contra professores/as doutrinadores/as mal-intencionados/as, que procuram desvirtuar a juventude em defesa do comunismo e da sexualidade precoce.

O PL já foi apresentado por Izalci Lucas (PSDB/DF), na Câmara dos Deputados, com o objetivo de incluir o Programa Escola Sem Partido em âmbito nacional¹⁵. Projetos de lei relacionados ao MESP também têm sido propostos em diversas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais em todo o país¹⁶. O texto do projeto é facilmente encontrado na página do movimento para que seja copiado e apresentado em seus municípios e estados¹⁷.

Essas tentativas têm gerado debates acalorados acerca da (in)constitucionalidade do projeto que acabam contribuindo para popularizar suas propostas, trazendo maior visibilidade ao movimento e a políticos/as alinhados/as às suas ideias. Embora anterior à eleição de Jair Bolsonaro, a apresentação de projetos de lei por seus dois filhos para implantar o projeto da Escola Sem Partido no Rio de Janeiro e a defesa da pauta ideológica do movimento por políticos alinhados ao bolsonarismo, aponta para a estreita ligação do MESP com a família Bolsonaro e braços parlamentares de (extrema) direita e/ou fundamentalistas religiosos. Ao longo das eleições de 2018, por exemplo, o MESP declarou apoio abertamente a todos/as os/as candidatos/as que assumissem posição favorável a suas ideias e celebrou a vitória de Jair Bolsonaro, atitude completamente incoerente para um movimento que se diz neutro e apartidário. Apesar disso, sua narrativa

¹⁴ Disponível em <https://www.infoescola.com/educacao/escola-sem-partido/>. Acesso em 12 jul. 2021

¹⁵ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em 12 jul. 2021.

¹⁶ Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/levantamento-aponta-mais-de-200-projetos-de-lei-pelo-pais-que-censuram-liberdade-de-ensinar-e-aprender1/page:9/sort:Conteudo.created/direction:DESC>. Acesso em 12 jul. 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1AbaBXuKECclTMMYcvHcRphfrK9E&ll=-20.56866104941188%2C-41.496702384375&z=9>. Acesso em: 22 de fev. 2019. É possível acompanhar os projetos aprovados, reprovados ou em tramitação. No momento de nossa consulta, a listagem continha 124 projetos, dos quais alguns são o Projeto de Lei do Escola Sem Partido. Em outras cidades, outros projetos relacionados estão em discussão. Desde abril desse ano, vários desses projetos têm sido julgados e declarados inconstitucionais pelo STF (c.f.: <https://diplomatie.org.br/a-extincao-judicial-do-escola-sem-partido/>. Acesso em 29 set. 2020). Contudo, sabemos que os efeitos das ações do MESP não cessam com essas decisões.

de neutralidade continua convencendo uma parcela grande da população, que, diante de mudanças econômicas, políticas e sociais busca soluções radicais para a vida como ela é (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018).

Essa solução radical do MESP, que prega a denúncia, difamação e perseguição de todos/as aqueles/as com ideias divergentes das suas é classificada por Pinheiro (2017) como um antimovimento social vinculado a um projeto societário liberal e a uma concepção de educação privatista do Estado mínimo. Tal organização tem ganhado muitos adeptos em um cenário de desestabilidade política, econômica, judiciária e sobretudo social, com mudanças nas relações de poder entre as classes sociais. Esse contexto tem se mostrado propício para a construção de uma verdadeira cruzada moral, ou seja, uma reação contrária a mudanças nas relações de poder sob o disfarce de defesa de alguns princípios, como os da família (tradicional) (ALMEIDA, 2017; RODRIGUES, 2017; MISKOLCI, 2018).

Família, nesse espaço-tempo, seria “indissociável da heterossexualidade e do controle dos homens em relação às mulheres e aos filhos defendendo, portanto, a autoridade absoluta do pai e da família como verdadeiro estado de exceção (MISKOLCI, 2018, n.p.)”. Nessa circunstância, a polaridade “família brasileira de bons costumes” x “outras configurações familiares” aponta as famílias não legitimadas como tradicionais como não tendo bons costumes e, portanto, não sendo dignas de respeito e direitos constitucionais. Na realidade, tudo o que foge de uma concepção conservadora de mundo é um inimigo a ser eliminado e, nesse caso, seriam os “corpos que poluem a natureza de uma nação imaginada, um tipo de ‘correia de transmissão’ de uma Europa também imaginada: branca, racional, cristã, heterossexual” (BENTO, 2018, n.p.).

Embora o discurso oficial do MESP traga bandeiras da “neutralidade ideológica” e indique como objetivo apenas a colocação de cartazes em sala de aula como um lembrete a/o professor/a de seus direitos e deveres, segundo a Constituição brasileira, essa pretensa e falaciosa neutralidade ofusca a filiação do MESP a ideologias conservadoras e neoliberais que, sob o pretexto de garantir às famílias a prerrogativa exclusiva sobre a educação moral de crianças e jovens, aproxima as práticas educacionais da lógica do mercado privado. Prova disso é um artigo escrito por seu fundador para o Instituto Millenium, em que deixou claro que a intenção do MESP não seria combater a suposta

‘doutrinação’ nas escolas, mas “defender a difusão da ideologia neoliberal na educação brasileira”. (MOURA, 2019, s. p.)

Apesar de ter, conforme mencionamos, sua inconstitucionalidade reiterada pelo Supremo Tribunal Federal, o site do MESP conta com canal de denúncias que incentiva alunos/as e pais/mães/responsáveis a incriminar professores/as doutrinadores/as. Escondendo-se atrás de uma suposta neutralidade, o movimento visa, ao fim e ao cabo, contribuir para a continuidade do status quo, que reifica ideologias eurocêntricas, plenas de desigualdades, que mantém “hierarquias de raça, posição geográfica, língua, religião/espiritualidade, gênero, sexo e classe de um sistema mundial, capitalista/patriarcal moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2011, n.p.).

“Delação”, “perseguição”, “intolerância” e “punição”, atitudes utilizadas pelo MESP para silenciar vozes dissonantes, supostamente proteger os indefesos e vencer a falaciosa batalha do bem contra o mal, revelam, para Penna (2016), uma tentativa de controle e a formatação de subjetividades, segundo um único molde (PENNA, 2016) e, para Ribeiro (2017), “um compromisso franco e aberto com um dos movimentos mais perversos da história da humanidade: o fascismo”. A univocidade do MESP bem como seu namoro com tendências autoritárias e fascistas são desveladas pelas contradições ecoadas nos enunciados que circulam no site do movimento.

Apesar de reiterar, na seção FAQ (Perguntas frequentes), que “o ESP não defende e não promove nenhum tópico da agenda liberal, conservadora ou tradicionalista. Logo, não é de direita”, encontramos na mesma seção a afirmação de que os/as poucos professores/as de direita “que usam a sala de aula para fazer a cabeça dos alunos” são “franco atiradores, trabalham por conta própria”. A afirmação continua no sentido de definir o/a único/a inimigo/a a ser combatido/a: “No Brasil, quem promove a doutrinação político-ideológica em sala de aula, de forma sistemática e organizada, com apoio teórico (Gramsci, Althusser, Freire, Saviani, etc.), político (governos e partidos de esquerda, PT à frente), burocrático (MEC e secretarias de educação), editorial (indústria do livro didático) e sindical é a esquerda”¹⁸.

A estratégia de natureza fascista de intimidar e criminalizar o inimigo que ousa pensar em outras formas de ser e/ou estar no mundo é levada a cabo nomeando-se os/as inimigos/as a serem combatidos/as, conforme encontramos em manchetes e/ou legendas

¹⁸ Disponível em <http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>. Acesso em 07 ago. 2020.

de artigos e depoimentos que ocupam lugar de destaque na página inicial do site. A legenda de um desses artigos que acusa um professor de “envenenar os alunos contra o sistema capitalista” por “convencê-los de que existem mais semelhanças do que diferenças entre a condição de um escravo no período colonial e a de um trabalhador nos dias atuais”¹⁹ escancara a filiação (que o MESP nega ter) com a agenda liberal, expondo mais uma dentre as muitas contradições desse movimento.

Nossas reflexões sobre as (inter)ações do movimento voltam-se para problematização de ideologias que informam seus enunciados com foco nos discursos hegemônicos reiterados nos processos de entextualização em foco, os quais refratam uma compreensão de mundo essencializada e imutável. A trajetória textual que interpretamos na próxima seção contempla entextualizações sobre gêneros em postagens no perfil do *Facebook* do MESP, de agosto de 2017 a julho de 2020²⁰, publicações disponibilizadas no site do movimento desde 2012 bem como buscas no Google com os termos: “ESP + ideologia de gênero”; “escola sem partido + ideologia de gênero.”

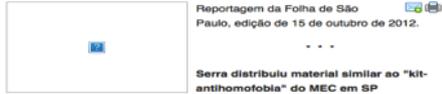
4 Ideologias refratadas em trajetórias textuais do MESP

A fim de criar inteligibilidades sobre as ideologias refratadas em diferentes manifestações discursivas do MESP sobre identidades de gênero, acompanhamos trajetórias textuais distintas, o que nos possibilita ampliar nossa compreensão sobre as ações do MESP e suas relações com braços parlamentares e religiosos conservadores. De modo a ilustrar nosso percurso interpretativo, disponibilizamos no quadro a seguir seis imagens de publicações que circularam no site do MESP no período de 2012 a 2015.

¹⁹ Disponível em <http://escolasempartido.org/blog/o-vale-tudo-da-doutrinacao/>. Acesso em: 07 ago. 2020.

²⁰ Os textos selecionados para análise integram o corpus do projeto de pesquisa *Trajelórias textuais e projeções escalares de discursos educacionais*. Iniciado por uma das autoras em agosto de 2017 e ainda em andamento, o projeto tem o objetivo geral de reunir dados etnográficos de modo a acompanhar múltiplas trajetórias textuais (FABRÍCIO, 2016), a fim de compreender diferentes projeções escalares (CARR; LAMPERT, 2016) de discursos educacionais, especialmente no que tange concepções de linguagem, educação e direitos humanos. Alguns desses textos não estão mais disponíveis no site do movimento e seu perfil no *Facebook* está desativado. Nesses casos, não disponibilizamos links.

Quadro 2 - Postagens no site do MESP

<p>Políticos e burocratas planejam assalto à autoridade moral dos pais</p> <p>1- Publicado em 6 de out. 2012²¹</p>	<p>2- 1 - Farinha do mesmo saco?</p>  <p>Publicado em 17 out. 2012²²</p>
<p>3- A ideologia de gênero no banco dos réus</p> <p>Por Miguel Nagib  </p> <p>Publicado em 9 set. 2015²³</p>	<p>O jornalismo a serviço da</p>  <p>Dominadas pela mesma corrente política e ideológica que controla o sistema educacional, as redações dos jornais têm sido francamente hostis ao projeto de lei que institui o Programa Escola sem Partido. Até o momento, porém, nada se compara, em matéria de desonestidade, a uma reportagem assinada por Leandro Resende, publicada, em 06.09.2015, no jornal O Dia, sob o título Escola sem Partido quer fim da 'doutrinação de esquerda, e reproduzida no portal Metrópole, sob um título ainda mais falso: Projeto proíbe professores de falar sobre política, teoria da evolução e gênero nas escolas.</p> <p>Não é o caso de rebater, uma a uma, as muitas mentiras e meia-verdades dessa porca reportagem. Aos homens e mulheres de boa-fé, que tenham interesse no assunto, eu apenas recomendo que a confrontem com a realidade à qual ela se refere -- isto é, o projeto Escola sem Partido -- e tirem suas próprias conclusões.</p> <p>Para conhecer o projeto, visite: www.programaescolasempartido.org</p> <p>4- Publicado em 11 set. 2015²⁴</p>
<p>5- Porque os pais devem dizer NÃO à ideologia de gênero</p> <p>Por Rejane Soares*  </p>  <p>Para a psicanálise freudiana as diversas psicopatologias -- neuroses, psicoses e perversões -- estão diretamente relacionadas às possíveis saídas que o complexo de Édipo comporta. É com base no complexo de Édipo que a criança estrutura e organiza o seu psiquismo e sexualidade, sobretudo, em torno das diferenças entre os sexos e da angústia de castração suscitada pela constatação dessas diferenças. O complexo de castração está em estrita relação com o complexo de Édipo, mais especialmente com a função interditoria e normativa.</p> <p>Assim, é urgente o combate a ideologia de gênero que, com a noção de igualdade de gênero e o incentivo às relações homoparentais, coloca em risco as diferenças sexuais que possuem função estruturante no desenvolvimento psíquico da criança. O grande dano provocado pela ideologia de gênero consiste em subverter os papéis sociais atribuídos a cada sexo, que reafirmam e consolidam a identidade sexual. Esse dano vai muito além de um desvio dos desejos heterossexuais, de uma estética corporal ou até mesmo de uma revolução dos costumes. Ele chega, na verdade, às raias de uma confusão mental deliberada.</p> <p>O professor é também um representante da lei da cultura para a criança; é ele um substituto do pai, um coadjuvante na formação do Superego. Daí, a responsabilidade de educar não se inscreve apenas no reino de uma militância política que coloca em risco o desenvolvimento saudável da criança. Ora, assim como não cabe exigir de uma criança que ela corra antes da fase do engatinhar, também não se deve esperar que uma criança compreenda e assimile a homossexualidade num momento em que ela ainda está construindo a sua identidade sexual por meio da elaboração das diferenças entre os sexos.</p> <p>Publicado em 09 set. 2015²⁵</p>	<p>"Estão detonando as nossas crianças"</p> <p>No vídeo abaixo, a pastora, advogada e assessora parlamentar Damares Alves trata de diversos assuntos importantíssimos para as famílias brasileiras, com destaque para o que vem sendo ensinado nas escolas em matéria de educação sexual e ideologia de gênero (o tema é tratado, especificamente, a partir dos 9min e 30 seg). Vale a pena assistir e divulgar entre seus familiares e amigos.</p>  <p>6- Publicado em 03 jun. 2013²⁶</p>

Fonte: <https://escolasempartido.org/>

²¹ Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/corpo-de-delito-categoria/353-deputados-e-burocratas-planejam-assalto-a-autoridade-moral-dos-pais>. Acesso em 05 maio 2019.

²² Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/farinha-do-mesmo-saco-3/>. Acesso em 12 jul. 2021.

²³ Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/a-ideologia-de-genero-no-banco-dos-reus/>. Acesso em 12 jul. 2021.

²⁴ O texto consta no corpus da pesquisa em andamento, mas não está mais disponível no site do movimento.

²⁵ Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/porque-os-pais-devem-dizer-nao-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

²⁶ Texto indisponível.

A primeira publicação, de 2012, faz uma associação negativa explícita da “ideologia de gênero” a partidos políticos específicos, com o uso de termos depreciativos e incriminadores como *assalto* e *banco dos réus*, termo também usado na manchete do texto 3. A partir da pergunta “*Farinha do mesmo saco?*”, a segunda publicação situa o PSDB na esfera ideológica da esquerda, sugerindo que tanto quanto o PT e outros partidos do campo progressista, o PSDB também representa uma ameaça à “autoridade moral dos pais” (publicação 1). Essa atitude responsiva se deve ao fato de José Serra, então governador do estado de São Paulo pelo PSDB, ter distribuído a professores/as material informativo e formativo contra a homofobia. A pergunta que introduz a notícia então publicada no Jornal Folha de São Paulo e as aspas em “kit-antihomofobia” estabelecem o tom condenatório do enunciado. O material “Escola sem homofobia”, que propunha práticas de letramento voltadas ao combate a homofobia e respeito a pluralidade de gênero e orientação sexual, é recontextualizado no site do MESP para performar uma batalha ideológica entre corpos avaliados como normais e aqueles julgados abjetos. Como esses corpos abjetos são defendidos pelas esquerdas e todos/as aqueles/as que não comungam com os valores morais de pais cristãos são situados/as nesse campo ideológico, termos pejorativos como “kit gay”, “kit antihomofobia” e “ideologia de gênero” hibridizam ideologias relacionadas ao fundamentalismo religioso e a ameaça comunista, embalando a crença de parcela considerável da população brasileira de que é necessário um “messias” ou “mito” para restaurar os valores e a moral da família tradicional cristã.

O texto 4, ao fazer uso de palavras e layout chamativos e similares aos usados em publicações mais populares – *MENTIRA*, *desonestidade*, *meias-verdades*, *porca reportagem* - constrói uma narrativa de descrédito do jornalismo brasileiro, processo que tem se fortalecido ao longo dos anos. A publicação 5 faz uma defesa explícita à heterossexualidade como norma, com argumentações pautadas na psicanálise e a associação da “ideologia de gênero” à uma militância política que coloca em risco o desenvolvimento saudável da criança. Há também a defesa da manutenção dos papéis sociais atribuídos historicamente a homens e mulheres, sem qualquer problematização ou mesmo menção a questões de desigualdades que privilegiam homens e chegam a colocar em risco mulheres e pessoas com orientações sexuais diferentes daquela legitimada por uma sociedade patriarcal e machista como a nossa. Escolhas lexicais como *combate*, *risco*, *dano*, *confusão mental*, *risco ao desenvolvimento saudável* entextualizam

performances de gênero como ideologias deturpadas - aí o termo "ideologia de gênero" - defendidas por partidos políticos específicos e professores/as militantes, que devem ser combatidos. O texto 6, por sua vez, divulga um vídeo da atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro. À época, a então desconhecida pastora, advogada e assessora parlamentar Damares Alves fez pregação religiosa alegando que a “ideologia de gênero” seria algo criminoso que estaria sendo ensinado nas escolas e precisaria ser combatido.

Relacionando as diferentes publicações e ações do MESP, vemos elos na cadeia enunciativa que ligam o MESP às pessoas do alto escalão do governo atual, ou seja, enxergamos um viés político claro do grupo, diferentemente do que o movimento afirma incessantemente desde sua criação. Todas essas ligações têm contribuído para processos de (des/re)contextualização de ideologias conservadoras patriarcais, machistas, homofóbicas e excludentes, que legitimam apenas os papéis sociais historicamente atribuídos ao homem e à mulher. Reconhecem exclusivamente a família tradicional, constituída por pai, mãe e filhos e discrimina, criminaliza e trata a homossexualidade como patologia. Temos, portanto, enunciados que reduzem as demandas LGBTQIA+ e feministas a uma suposta ideologia partidária que desrespeita a Constituição, os princípios morais e religiosos das famílias. Nos perguntamos: quais famílias seriam essas? a favor de quem o MESP age?

Avançando nossa reflexão, passamos à análise de algumas postagens no *Facebook* do MESP, uma das formas bastante produtivas de difusão de suas ideias e de entextualizações pejorativas de ideologias acerca de questões de gênero em nossa sociedade e, especialmente, no âmbito educacional. Dentre as ações do MESP, vemos frequentes manifestações contrárias às demandas LGBTQIA+ e tentativas de reduzi-las a uma suposta ideologia de esquerda a ser combatida por ‘pessoas de bem’, alinhadas a uma onda mundial conservadora especialmente na América Latina (BELILI, 2018). Ao defender a neutralidade institucionalizada e legitimar seu grupo como rival da contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, suas ações têm contribuído para a difamação da esfera educacional brasileira em geral, tipificando todo o sistema como *contaminado* ideologicamente por um viés de esquerda sem credibilidade, como ilustra a Figura 3.

O post abaixo foi publicado em 11 de setembro de 2017 e aponta para uma associação explícita da falaciosa “ideologia de gênero” a um suposto professor petista doutrinador, mal-intencionado, como pode ser observado na figura a seguir, que traz um educador vestido de vermelho, com estrela do PT, barba, carregando a falaciosa cartilha gay – kit gay – e impondo a homossexualidade "goela abaixo" de seus/suas alunos/as. O primeiro estudante já está hipnotizado enquanto a próxima menina olha assustada e indefesa para o que está acontecendo. A imagem foi publicada na página do Facebook do MESP, mas produzida por ”Desenhista que pensa”, em uma tentativa de desqualificar as pesquisas acerca de identidades de gênero como falaciosas.

Figura 1 - Ideologia de gênero goela abaixo



Fonte: Perfil do MESP no *Facebook*²⁷

O uso de imagens dessa natureza e mensagens curtas com expressões agressivas – aqui “Goela abaixo” - são extremamente comuns nas postagens do movimento, o que avaliamos como uma tentativa de se aproximar de um público específico. Nos comentários, vemos novamente perspectivas difusas – uma que apoia as ações do movimento, sustentada na ideia de que o trabalho com a diversidade seria uma ação comunista a ser combatida, mas que ganhou apoio de políticos (vereador de Campinas); outra que debocha da ação do movimento sugerindo que não enganam ninguém.

Na próxima postagem selecionada (Figura 2), temos uma família procurando defender seus princípios. Chama a atenção o número de compartilhamentos, que indicam

²⁷ A postagem não está disponível online, mas faz parte do acervo do projeto de pesquisa mencionado. O mesmo ocorre com todas as demais imagens com *prints* de postagens do MESP no *Facebook*

uma adesão maior às ideias do MESP, e o quanto sua repetição incessante foi ganhando espaço. A postagem anterior foi compartilhada 27 vezes enquanto essa foi compartilhada 1.358 vezes. Indicamos a ampliação de alinhamento à cruzada moral em curso em nosso país, que recusa e reage a mudanças nas relações de poder sob o disfarce de defesa de alguns princípios, como os da família (tradicional). (ALMEIDA, 2017; RODRIGUES, 2017; MISKOLCI, 2018)

Os comentários deixam clara a associação da família tradicional a certo viés partidário e perspectivas progressistas a um viés de esquerda, como observamos no qualificativo "comunistas imundos", entextualizado em um dos comentários. Também notamos uma perspectiva de educação instrumental, destituída de qualquer caráter educacional-reflexivo, especialmente no primeiro comentário, escrito por um professor, que afirma “ser contra essa doutrinação. [...] Estudei para ensinar, mas a parte da família isso ninguém pode se meter.”

Figura 2 - Minha família, minhas regras



Fonte: Perfil do MESP no Facebook

A próxima postagem que trazemos sintetiza as diferentes perspectivas que identificamos ao longo de nossas análises. Enquanto o cartaz forja a compreensão de um

mundo plural, no qual todas/os devem ser respeitadas/os e a violência física ou verbal com grupos LGBT deve ser combatida, a perspectiva conservadora do MESP criminaliza a campanha, alegando que ela fere o direito de juízo de valor moral das pessoas e, pautada na constituição, prega a laicidade do Estado e o direito do cidadão e da cidadã de ser violento/a com LGBT se assim estabelecer seus preceitos religiosos. A alegação para isso é a necessidade de respeito religioso. Novamente, notamos a normalização da violência contra identidades LGBTQIA+ a partir de processos de (des/re)contextualização incessantes de princípios religiosos e morais que estigmatizam muitos corpos e suas performances como desviantes, abjetas e perigosas. Com isso, pleitos de equidades por grupos LGBTQIA+ são demonizados.

Figura 3 - Denúncia de criminalização de juízos morais contrários às práticas homossexuais



Fonte: Perfil do MESP no *Facebook*

Tal postagem recebeu diversos comentários, muitos contrários a pleitos LGBTQIA+, com atitudes responsivas que colaboram para a persistência de uma condição desigual e, muitas vezes, desumana. Notamos fricções entre significados legitimados por grupos diversos – defensores de pautas LGBTQIA+ legitimam o cartaz em defesa da diversidade enquanto pessoas que (inter)agem a partir de visões conservadoras procuram deslegitimá-lo apagando a LGBTFOBIA, em nome de princípios religiosos, mesmo que tais princípios se pautem em refinamentos da intolerância. Tais distinções sobre que corpos e performances devem ser legitimados criam enquadres ideológicos particulares, os quais não são neutros, porque construídos socialmente em elos na cadeia enunciativa (VOLÓCHINOV, 1929 [2017]), e tais

enquadres nos possibilitam criar inteligibilidade e visibilidade do/para o que está ao nosso redor.

Com os textos/manchetes que trouxemos, procuramos ilustrar a repetição incessante das questões de gênero em processos de entextualização que refratam ideologias legitimadoras da existência de um sistema binário: pessoas mal-intencionadas, mentirosas (jornalismo, braços políticos, sistema educacional) x homens e mulheres de boa fé (pais, religiosos, certos braços políticos, MESP). Nesse embate, é preciso digladiar e destruir o inimigo. Tais ideias estão diretamente relacionadas ao que apontam Pinheiro-Machado e Scalco (2018) sobre a formação de uma juventude bolsonarista, que surge em um contexto em que o protagonismo social masculino e a masculinidade hegemônica estão sendo abalados.

As relações e as reações aos diferentes posicionamentos revelam o quanto nossa compreensão de mundo é ancorada em ideologias que atravessam cadeias enunciativas (VOLÓCHINOV, 1929 [2017]) em constante construção e com as quais nos deparamos ao longo da vida, propiciando a (des/re)construção de atitudes responsivas sempre ideológica, cultural e historicamente situadas a respeito do mundo. Diante de uma realidade polarizada como a que estamos vivenciando, que busca privilegiar uma parcela da população e criminalizar e/ou invisibilizar outra, a esperança se renova a partir da perspectiva de que a realidade social não é estática, tampouco neutra, pois (des/re)construída incessantemente. Desse modo, devemos continuar lutando contra discursos que nos classificam e justificam violências.

5 Contendas morais como convites a esperar

Buscamos, neste artigo, estabelecer uma proximidade crítica com trajetórias textuais relacionadas ao MESP para problematizar narrativas acerca de identidades de gêneros refratadas em diferentes manifestações discursivas. Nossas interpretações indicam que as postagens analisadas forjam compreensões dicotômicas do mundo. O movimento se coloca como defensor de princípios do bem enquanto localiza, do lado oposto, educadoras/es, partidos e pessoas progressistas, que devem ser denunciadas/os e pagar as consequências das tentativas de deturpação de valores morais. Entendemos que esse jogo axiológico contribui para visibilizar alguns corpos, fenômenos e objetos sociais enquanto

silencia e/ou elimina outros. Nessa arena, há tentativas de censura e difamação, que procuram impedir a circulação de narrativas plurais em prol das diferenças e autonomia por parte das mulheres, assim como de direitos fundamentais como segurança e respeito à própria vida, no caso de homossexuais, pessoas trans, negros/as, entre outras (MISKOLCI, 2018).

Concomitantemente, vemos circular discursos de resistência, apoiados em perspectivas progressistas e na compreensão de que o mundo não é inerte e sempre pode mudar. Indicamos, primeiramente, o arquivamento do projeto de lei, por ter sido considerado inconstitucional e o consequente desligamento de seu líder do movimento. O site do MESP não é atualizado e seu perfil no *Facebook* foi desativado desde então, o que enfraquece o movimento, embora saibamos que suas ideologias continuam circulando de modo oficioso (BEATO-CANATO; MARTINEZ; FERNANDEZ, 2020). Concomitantemente, temos movimentos de resistência, que nos fortalecem e nos estimulam a lutar conjuntamente, como é o caso do *Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP)*, o qual reúne defensoras/es da autonomia docente e da escola democrática (PCESP, s.d.)²⁸. Lembramos também do projeto de Lei *Escola Sem Mordação* (2019), de Talíria Petrone, em prol da liberdade de cátedra²⁹. Outra mobilização a ser citada é a criação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos dom Paulo Evaristo Arns, iniciativa com o objetivo de “dar visibilidade e acolhimento institucional a graves violações da integridade física, da liberdade e da dignidade humana, especialmente as cometidas por agentes do Estado [...] (COMISSÃO ARNS, 2019).”

Em tempos tão difíceis, em meio a pandemia de Covid-19, que ceifa tantas vidas diariamente, e ainda em meio a polarização da sociedade e braços do governo que nos intimidam, optamos por finalizar nosso texto em tom esperançoso, como nos propõe Freire (2015 [1967], 2014 [1998]), ao nos convidar a esperar, no sentido, de arregaçar as mangas e lutar por realidades menos violentas e mais inclusivas. Nesse sentido, localizamos a LA indisciplinar como lócus de esperança e transformação e destacamos a pluralidade de textos, pesquisas, eventos, cursos e congressos da área como formas de resistência, tal como esse número especial, que nos faz entender a LA como convite a agir e produzir saberes sobre a vida social contemporânea.

²⁸ https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/about/?ref=page_internal

²⁹ <https://www.andes.org.br/diretorios/files/Projeto%20de%20Lei%20Escola%20Sem%20Mordaca.pdf>

Agradecimentos

PTCS agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Brasil) pelo financiamento através de bolsa de produtividade em pesquisa (processo no 307218/2018-0).

Contribuição

Ana Paula Marques Beato-Canato: Conceptualização; curadoria de dados; análise formal; investigação; metodologia; administração do projeto; recursos; escrita - rascunho original e escrita - análise e edição; **Paula Tatianne Carréra Szundy:** Conceptualização; análise formal; investigação; metodologia; administração do projeto; recursos; escrita - rascunho original e escrita - análise e edição.

Referências

ALMEIDA, R. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. **Cad. Pagu**, n. 50, e175001, 2017. Disponível em: <http://ref.scielo.org/5zqkb7>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BEATO-CANATO, A. P. M.; MARTINEZ, J. Z.; FERNANDEZ, A. C. Desafios no ensino de línguas na contemporaneidade: da BNCC ao Escola Sem Partido. **Revista X**, v. 15, n. 5, p. 46-73, 2020.

BELILI, I. A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil [online]. SciELO em Perspectiva: Humanas, 2018 [viewed 11 December 2018]. Available from: <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/07/19/a-cruzada-moral-contra-os-direitos-humanos-no-brasil/>

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cad. Pagu**, n. 53, Campinas, 2018, Epub, 11 jun. 2018.

BLOMMAERT, J. **Discourse**: a critical introduction. Cambridge University Press, 2005.

CARR, S. E.; LEMPERT, M. (orgs.). **Scale**: discourse and dimensions of social life. Oakland: University of California Press, 2016.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Prologo. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 9-24.

COMISSÃO ARNS. <https://comissaoarns.org/>. 2019. Acesso em: 12 jul. 2021.

JESUS, J. G. **Homofobia** – Identificar e prevenir. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2015.

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. Boitempo: 1997, Kindle Edition.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: www.escolasempartido.org. Acesso em: 1 nov. 2018.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2015 [1967]), Kindle Edition.

FREIRE, P. Opressão, classe e gênero. Entrevista concedida a Donaldo Macedo. In: FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Paz & Terra, 2014 [1998].

FRIGOTTO, G. “A gênese das teses do Escola Sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação”. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “Sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p. 17-34.

GALLEGO, E. S. et.al. **O Ódio como Política**: A Reinvenção das Direitas no Brasil. Boitempo Editorial, 2018. E-Book.

GROSGOUEL, R. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality. **TRANSMODERNITY: Journal of peripheral cultural production of the luso-hispanic world**. 2011.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. GALLEGO, E. S. et.al. (orgs.). **O Ódio como Política**: A Reinvenção das Direitas no Brasil. Boitempo Editorial, 2018. E-Book

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cad. Pagu**, v. 53, 2018.

MOITA LOPES, L. P. (ed.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. F. (2019). Por uma ‘proximidade crítica’ nos estudos em Linguística Aplicada. **Calidoscópio**, v. 17, n. 4, p. 711–723.

MOURA, F. P. de. Escola Sem Partido: origens e ideologias. **Ciência hoje**, 06 fev. 2019. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/escola-sem-partido-origens-e-ideologias/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

PENNA, F. A. Ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). **A ideologia do Movimento Escola sem Partido** - 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, p. 93-100, 2016.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: juventude,

política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Revista IHU online**, 04 out. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583354-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>. Acesso em: 12 jul. 2021.

RIBEIRO, M. O Partido do “Escola Sem Partido”. Em: **Observatório do Ensino Médio**. 26 mar. 2017. Disponível em: <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/o-partido-do-escola-sem-partido/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

RODRIGUES, M. F. “Ódio e censura são baseados no medo”, diz Judith Butler. **Entrevistada: Judith Butler**. Jornal Estadão, Cultura, 06 nov. 2017.

SILVERSTEIN, M.; URBAN, G. The natural history of discourse. In SILVERSTEIN, M; URBAN, G. (Eds.). **Natural histories of discourse**. Chicago and London: The University of Chicago Press, p.1-17, 1996.

SZUNDY, P. T. C.; FABRICIO, B. F. Linguística Aplicada e indisciplinaridade no Brasil: promovendo diálogos, dissipando brumas e projetando desafios. In: SZUNDY, P. T. C.; TÍLIO, R.; MELO, G. C. V. (Orgs.). **Inovações e desafios epistemológicos em Linguística Aplicada: perspectivas sul-americanas**. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 63-89.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. Editora 34: 1929 [2017]

Recebido em: 13 de julho de 2021

Aceito em: 14 de outubro de 2021

Publicado em novembro de 2021

Ana Paula Marques Beato-Canato
E-mail: anabeatocanato@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9682-1644>

Paula Tatianne Carréra Szundy
E-mail: ptszundy@letras.ufrj.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8465-1406>
